



O CONTROLE IDEOLÓGICO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: REGISTROS DO DCE-FURG (1972-1977)

**KANTORSKI, Leonardo Prado¹; BARRETO, Alvaro Augusto de Borba²;
KUNIOCHI, Márcia Naomi³.**

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), RUA VITOR VALPIRIO, NÚMERO 289, TRÊS VENDAS, PELOTAS, RS – Brasil. Telefone: (53)91183558, leokantorski@uol.com.br.

² Professor do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (ISP/UFPel). RUA ALBERTO ROSA, 154, CENTRO, PELOTAS, RS - Brasil. Telefone: (53) 32786557, albarret.sul@terra.com.br.

³ Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI/FURG). AVENIDA ITALIA, KM 8 - CAMPUS CARREIROS, CARREIROS - RIO GRANDE, RS - Brasil: (53) 32336932, email????

1. INTRODUÇÃO

Os registros referentes ao processo resultante do golpe de 1964 são de difícil e conturbado acesso. Então, quando intentamos estudar processos históricos contemporâneos, em especial, no que tange às práticas e atores sociais em um contexto de violência legal, imediatamente emerge uma problemática: a pesquisa em documentação escassa ou inexistente. Quando um pesquisador consegue acesso a esse tipo de fonte, é fundamental o registro desta documentação. Consideramos que, os Registros Internos do DCE-FURG durante o período ditatorial podem colaborar com a compreensão de fatos que muitas vezes não são claros.

O presente trabalho se propôs a estudar um processo resultante do golpe de 1964: o aparelhamento de uma entidade de classe, que em sua função, representaria muitos daqueles que foram alvo desses acontecimentos, e subsidia uma análise que pode se constituir de grande importância para a compreensão da história do golpe civil-militar em Rio Grande. Destarte, por meio da análise da documentação referente ao Diretório Central dos Estudantes é possível conhecer parte da história do movimento estudantil na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no recorte temporal de 1972-1977.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a análise das correspondências internas do DCE-FURG no período, adotamos neste trabalho o viés do Materialismo Histórico, pois este propõe estudar o processo social em sua totalidade, ou seja, quando surge não como mais uma

História “setorial”, mas como uma História total da sociedade, na qual segundo Edward Palmer Thompson “todas as outras histórias setoriais estão reunidas”. Mostrando assim, que de modos determinados cada atividade se relaciona com outra (THOMPSON, 1978, p.83). Para Thompson, compreender um processo histórico é buscar, através das evidências históricas, apreender como os homens agem e pensam dentro de determinadas condições:

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por “relações determinadas” indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares. (THOMPSON, 1978, p. 111)

Ou seja, o entendimento do processo histórico está na percepção da ação do homem dentro da sociedade. Na análise de Thompson, os fenômenos sociais e culturais ganham relevância, o que significa que mesmo ao não se centralizar nos aspectos econômicos o historiador consegue interpretar as contradições de classe. Analisar um fenômeno social, neste sentido, significa, por meio das evidências, investigar suas particularidades e, ao mesmo tempo, perceber como se expressam em condições materiais constituídas historicamente as ações humanas, das classes e dos grupos sociais (THOMPSON, 1978, p.194).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a compreensão do contexto em que a realidade brasileira estava inserida durante a década de 1970, é necessário destacar os primórdios do golpe militar que originou o Estado Autoritário Brasileiro (1964-1985), entendemos neste trabalho, o mesmo, como um processo conseqüente do golpe, este que em nossa opinião, se inscreve na ordem dos eventos. Adotando como contribuição teórica a proposta defendida por João Quartim de Moraes na qual: “a Ditadura Militar consolidou-se como forma de poder de Estado reproduzindo continuamente o ato de força com que se instaurara” e partindo do pressuposto que o “objetivo do historiador é identificar a concatenação completa dos fatores causais, reconstituindo assim, elo por elo, a cadeia dos antecedentes do processo em exame, buscando observar o fenômeno histórico de forma concreta”, adotando o materialismo histórico como viés interpretativo (MORAES, 2008).

Em 1972 assumem a reitoria da FURG os Professores Eurípedes Falcão Vieira e João Marimônio Carneiro Lages que permanecem até o ano de 1977. O primeiro exercia anteriormente o cargo de secretário municipal de Rio Grande e atuava como fiscalizador do movimento estudantil das faculdades da cidade¹. Na gestão destes professores as transformações que vinham ocorrendo na Universidade prosseguiram e um crescimento significativo de obras no município começou acontecer. Com parceria do Governo Federal, foi implantado no município o Superporto do Rio Grande, segundo Renato Lempek, sob influência da grande amizade que o prefeito da cidade possuía com o Ministro dos Transportes Mário David Andrezza (LEMPEK, 2005). Os investimentos em Educação, insuficientes em

¹ No dia 09/11/1971 com ofício nº. 288/71, da Secretária Municipal de Educação e Cultura de Rio Grande, assinado pelo então secretário Eurípedes Falcão Vieira primo do prefeito agradecendo a João Pomar do Diretório Acadêmico Ruy Barbosa o recebimento da relação dos empossados no Diretório. Ofício nº. 288/71. Registros Internos DCE-FURG. Rio grande: Arquivo DCE, 1971.

boa parte do Brasil, não prejudicaram o crescimento de Rio Grande e conseqüentemente o da FURG. Entendemos que o General Golbery do Couto e Silva, nascido em Rio Grande, exerceu grande influência para o aumento estrutural da Cidade e também da Universidade. Sendo um dos principais homens de confiança de Castelo Branco e Ernesto Geisel, Golbery conseguiu a realização de importantes obras para o município, como a criação da estrada da Barra, o desenvolvimento de algumas faculdades² que, mais tarde, se unificariam na Universidade do Rio Grande³ o desenvolvimento da rede de esgoto e água e a construção de escolas⁴.

O engajamento político e a resistência de certos jovens não ocorreram de maneira unificada, o que, além de fragmentar a luta dos mesmos, facilitou a reação do aparato repressivo. Uma grande tragédia política para muitos, o golpe militar teve imensas conseqüências a gerações de brasileiros, e mesmo com a sinalização de uma abertura, as vidas de muitos opositores foram intensamente prejudicadas. Desta forma o “controle” interveio diretamente nas direções sindicais, nas universidades, no movimento estudantil, ou melhor, o Estado agia ofensivamente em relação às organizações de classe, substituindo dirigentes do movimento por interventores auxiliares do Estado (MARTINS FILHO, 2004, p.138).

Na perspectiva de mudar a realidade do país, a alternativa de resistência de muitos estudantes era defender a emancipação e transformação política da nação rumo à abertura política, o que não significa que a ditadura não tinha influência sobre as diretrizes do movimento estudantil. As condições oferecidas pelo regime militar brasileiro facilitaram as práticas irregulares dentro da FURG e o controle dos membros do DCE. É instigante entender que ao mesmo tempo em que ocorre desenvolvimento logístico da instituição amparado pelo contexto do período a administração do Diretório Central, diferindo da grande maioria das entidades estudantis, obtém relações tão constantes com órgãos federais. Considerando que os alunos pertencentes ao DCE atuavam de acordo com os interesses da Ditadura Civil-Militar ou da Reitoria, a troca de “cordialidades” invariavelmente seria apenas parte da dinâmica do processo em que o país estava inserido.

4. CONCLUSÕES

Em 1964, após o golpe, o engajamento político da UNE fez com que a entidade fosse colocada na ilegalidade. Assim, a intensa participação de estudantes nos grupos políticos clandestinos e as bandeiras progressistas de luta, levou a UNE a ser considerada uma entidade de classe perigosa pela Ditadura Civil-Militar. Com a ilegalidade da UNE as organizações estudantis passaram a ficar sob tutela do Estado Civil-Militar e das Universidades. No cerne deste contexto, surgiu o DCE da FURG. Como não poderia deixar de seguir a cartilha da política militar, o DCE

² No decreto 56.461 de 14 de junho de 1965 foi reconhecida a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, da Universidade Católica de Pelotas, com funcionamento no município de Rio Grande. Decreto 61.617 de 3 de novembro de 1967 reconhece a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.

³ Em 29 de agosto de 1969 é publicado no Diário Oficial no Decreto Lei 774, a criação da URG.

⁴ Renato Tubino Lempek destaca que no Governo de Cid Scarone Vieira a meta prioritária era a educação. Sendo que o mesmo construiu mais de 35 escolas, realizou os primeiros concursos públicos para o magistério, incrementou o setor pedagógico (LEMPEK, 2005).

nasceu com influência da reitoria e não das bandeiras históricas do movimento estudantil.

Enfim, toda a extensa documentação aponta para a vinculação do DCE-FURG com as mais variadas instâncias de poder, ressaltando a íntima ligação com os militares. Tudo isso deixa evidente que, ao longo da Ditadura Civil-Militar, houve uma prática de controle dos movimentos sociais, vistos como ameaça a estabilidade da cidade e do país. É importante destacar a rotatividade (ou a falta de rotatividade) de cargos como um claro exemplo de permanência de um grupo em lugares que poderiam vir a gerar problemas para a “ordem” estabelecida. Essa soma de fatores demonstra que o DCE-FURG não defendia os interesses dos estudantes, a entidade ao estar atrelada ao governo não fazia movimento estudantil, ou seja, atuava de acordo com a cartilha militar. Ao término do estudo, percebemos novas possibilidades para a continuidade da discussão/investigação sobre o tema: qual a influência do riograndino Golbery do Couto e Silva para a vinda de recursos para a região e se o fato da cidade por ser uma região portuária, onde existe uma maior concentração de elementos das forças armadas (Exército e Marinha) tornou Rio Grande com especificidades interessantes, diferenciando o município (que era Área de Segurança Nacional) do restante do Brasil. Como os investimentos da Ditadura Civil-Militar colaboraram para o crescimento da cidade, Rio Grande parece ter sido anestesiada diante do que acontecia durante o regime ditatorial e a produção historiográfica do município, ao longo dos anos, por isso não se preocupou com essa questão. Ao buscar a compreensão das causas e conseqüências da relação de proximidade do DCE-FURG com órgãos governamentais por meio de correspondências e conhecer as implicações disso na trajetória do movimento estudantil, conseguimos (no estudo) perceber a diferença da atuação das lideranças do movimento estudantil em Rio Grande. Portanto, conseguimos compreender o aparelhamento do movimento estudantil e sua representatividade na política e comportamento estatal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECRETO-LEI 228 de 28 de fevereiro de 1967.

DECRETO-LEI 56.461 de 14 de junho de 1965.

DECRETO-LEI 61.617 de 3 de novembro de 1967.

DECRETO-LEI 774 de 29 de agosto de 1969.

LEMPEK, Renato Tubino. **Seis anos sem Cid**. Jornal Bom dia Comunidade de 14/02/2005. Disponível no site <http://www.bomdiacomunidade.com.br> acesso: 21/11/2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A ditadura Revisitada: Unidade ou Desunião?** In. Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. *O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

MORAES, João Quartim de. **1968: Mobilização democrática e luta armada no Brasil** in: Revista Juventude.br. Ano 3 Nº. 5, São Paulo: CEMJ, p.25-35, 2008.

Registros Internos DCE-FURG. Rio grande: Arquivo DCE, 1971-1977.

THOMPSON, Edward Palmer. ***A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.*** Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1978.